

Governo acena a bancada da bala com novas regras para CACs

Restrição a proximidade de clubes e escolas valeria só para novos estabelecimentos, e regra sobre treinos deve mudar

EDUARDO GONÇALVES
eduardo.goncalves@oglobo.com.br
Instagram

O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, planeja um conjunto de alterações na legislação de armas para manter o funcionamento dos clubes de tiro e reduzir a circulação de armamento nas ruas. As medidas são discutidas pela equipe de Lewandowski, que abriu diálogo com a chamada bancada da bala e o Exército para fazer "modulações" e conferir "mais razoabilidade" ao decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em julho.

Uma das mudanças é a restrição de operações de clubes de tiro em um raio de um quilômetro de distância de escolas. O ministro entende que a restrição deve valer somente daqui para frente e não pode ser usada para fechar estabelecimentos regularizados. O decreto definia um prazo de 18 meses para as empresas se adequarem. Na visão do ministro, o ponto precisa ser mudado, ou o governo fede-

ral terá que arcar com indenizações milionárias aos empresários do ramo.

— Isso deverá ser tratado com certa razoabilidade. Entense, pode ser até que haja um direito adquirido. A luz da lei vigente, eles têm o direito de permanência ou, então, serão objetos de uma indenização — disse Lewandowski durante audiência na Comissão de Segurança Pública da Câmara, na terça-feira.

Há um entendimento no ministério de que os clubes de tiro são fundamentais para regularizar a atividade dos Colecionadores, Atradores desportivos e Caçadores (CACs), categoria que foi ampliada durante o governo Bolsonaro. O pleito foi levado a Lewandowski pelo presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado Alberto Fraga (PL-DF).

— Vamos adaptar essa realidade para, dentro de certas circunstâncias, essas atividades prosseguirem — disse o ministro na Câmara, ressaltando que manterá a proibição de clubes de tiro

por 24 horas e o fim do "porte de trânsito", que autorizava os CACs a circularem com as armas muniçadas.

Outra mudança deve ser na obrigação dos atradores manterem uma rotina de treinos. A portaria 166, elaborada pelo Exército no fim do ano passado para regulamentar o decreto de Lula, instituiu a chamada "habitualidade (registro de treinos) por calibre".

ESPÍRITO DO DECRETO

Para Lewandowski, a regra obriga os CACs a saírem para treinar com uma quantidade maior de armas, uma vez que agora eles precisam ter habitualidades para cada calibre que possuem. A ideia é mudar o modelo para os dois tipos de calibre em voga — os de uso restrito e permitido.

Um integrante do Ministério da Justiça afirmou que os CACs passaram a ter que sair com "todo o arsenal", já que precisavam treinar com todos os calibres. A consequência iria contra o espírito do decreto, de reduzir a



"Vamos adaptar essa realidade". Lewandowski em audiência na Câmara: preocupação com indenizações a clubes

Alterações estudadas

> Clubes de tiro

A proibição de funcionamento a um quilômetro de distância de escolas não valerá para estabelecimentos já regularizados e em funcionamento. O prazo de 18 meses de adequação também deve ser modificado, para evitar que indenizações a empresários do setor.

> Treinos de CACs

Uma portaria do Exército de dezembro instituiu a "habitualidade por calibre", estabelecendo uma rotina de treinos. A norma, no entanto, faz com que CACs tenham de transferir conteúdos e arsenal para ser cumprida. O ministro deve mudar o modelo

para os calibres de uso restrito e permitido.

> Armas de policiais

A pasta vai apresentar ao Exército a sugestão de limite de quatro armas para policiais militares terem em casa. A proposta substituiria uma portaria com o limite de cinco fuzis, suspensa pela mesma negativa.

> O que não muda

A proibição de clubes de tiro por 24 horas e o fim do "porte de trânsito", que autorizava os CACs a circularem com as armas muniçadas, vai ser mantida. A volta da venda do calibre 9mm, por enquanto, também.

circulação de armas.

O ministério também discute com o Exército uma portaria para substituir o texto que autorizava policiais militares a terem até cinco fuzis em casa. A medida foi baixada em 1º de fevereiro, dia da posse de Lewandowski, e suspensa pelo Exército em razão da repercussão negativa. Uma nova medida deve ser apresentada pelo Exército com permissão para a posse de até quatro armas, sendo apenas uma de uso restrito, o que inclui a categoria de fuzis.

Outra questão é a possibilidade de voltar a autorizar a venda do calibre 9 mm, que passou a ser restrito no decreto de Lula. Neste ponto, Lewandowski não bateu o martelo e não há perspectivas de mudanças.

Clube O GLOBO

EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

DESCONTOS EM TEATROS? TEMOS! CONFIRA AS OFERTAS QUE ESTÃO EM ALTA NO CLUBE NESTA SEMANA.



Acesse o QRCode e aproveite!

A LENDÁRIA ATRIZ SOBE AOS PALCOS



TEATRO CASA GRANDE

50% OFF

10 ABR A 29 MAI

FERNANDA MONTENEGRO LÊ SIMONE BEAUVOIR

Uma obra poderosa com visão libertária sobre o feminismo.



Acesse o QRCode e aproveite!

EMOÇÃO, MÚSICA E DIVERSÃO



TEATRO RIACHUELO RIO

50% OFF

19 ABR A 23 JUN

A NOVIÇA REBELDE VERSÃO INÉDITA

Reviva este clássico atemporal com toda a sua família.